

Artigo Original

Suturando Diversidade e Educação a Distância: análise de um curso de Pedagogia

Suturing Diversity and Distance Education: Analysis of a Pedagogy Course

Autores:

Gabriely Cabestré Amorim — gcabestre@gmail.com

Beatriz Lopes Porto Verzolla — bia.verzolla@gmail.com

Bianca Rafaela Boni — bianca.boni@unesp.br

Igor Micheletto Martins — igor.micheletto@unesp.br

Regiane Aparecida Cruz Pereira — regiane.cruz@unesp.br

Thais Paschoal Postigue — thaís.postigue@unesp.br

Resumo

A diversidade se manifesta de diferentes maneiras na sociedade, assumindo diversas formas de expressão e denunciando desigualdades, injustiças e discriminações nos âmbitos sociais, culturais, políticos, econômicos e educacionais. Portanto, a formação inicial de professores proporciona um espaço de discussão a respeito da temática para ser capaz de construir uma ação docente que respeite as diferentes possibilidades de existência dos sujeitos que farão parte do processo de ensino e aprendizagem. O estudo buscou compreender em que medida o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso de Licenciatura em Pedagogia ofertado em 2022 contempla temáticas voltadas à diversidade e como estão explícitas tais abordagens. Para tanto, temos como objetivo geral deste artigo analisar as configurações de diversidade do Curso de Licenciatura em

DOI: <http://dx.doi.org/10.17143/rbaad.v22i1.668>

Pedagogia de uma universidade pública a distância. Ainda, como objetivos específicos: i) analisar o conceito de diversidade a partir do referencial teórico; ii) caracterizar como a diversidade é apresentada no PPP; iii) discutir as possibilidades das configurações de diversidade. A presente investigação é de natureza qualitativa do tipo documental/bibliográfica. A análise permitiu identificar, a partir das três perspectivas do multiculturalismo propostas por Candau, sendo o tema da diversidade apresentado de forma transversal no PPC, por meio da inserção de conteúdos relacionados à diversidade cultural e étnica, respeito às diferenças e abordagem de grupos populacionais específicos no que tange à consideração de suas subjetividades e particularidades no processo ensino-aprendizagem. Destaca-se a necessidade de uma formação com espaço para discussões acerca da diversidade em um sentido do multiculturalismo intercultural, o qual concebe as culturas de um modo plural e dinâmico e compreende que as relações culturais são permeadas de mecanismos de poder e hierarquizações, bem como que as diferenças e desigualdades são relações complexas.

Palavras-chave: Ensino Superior; Formação de Professores; Educação a distância; Currículo; Diversidade e Diferença.

Abstract

Diversity manifests itself in various ways in society, assuming different forms of expression and denouncing inequalities, injustices, and discriminations in social, cultural, political, economic, and educational spheres. Therefore, the initial training of teachers provides a space for discussion on the subject to be able to construct a teaching action that respects the different possibilities of existence of the individuals who will be part of the teaching and learning process. The study sought to understand to what extent the Pedagogical Political Project (PPP) of the Bachelor's Degree in Pedagogy offered in 2022 contemplates themes related to diversity and how such approaches are explicitly addressed. To this end, the general objective of this article is to analyze the configurations of diversity in the Bachelor's Degree in Pedagogy of a public distance university. Additionally, the specific objectives are: i) to analyze the concept of diversity based on the theoretical framework; ii) to

characterize how diversity is presented in the PPP; iii) to discuss the possibilities of diversity configurations. This research is qualitative in nature, of the documentary/bibliographical type. The analysis allowed us to identify, from the three perspectives of multiculturalism proposed by Candau, that the theme of diversity is presented in a transversal manner in the PPC, through the insertion of contents related to cultural and ethnic diversity, respect for differences, and the approach to specific population groups regarding the consideration of their subjectivities and particularities in the teaching-learning process. It is emphasized the need for training with space for discussions about diversity in a sense of intercultural multiculturalism, which conceives cultures in a plural and dynamic way and understands that cultural relations are permeated by power mechanisms and hierarchies, as well as that differences and inequalities are complex relationships.

Keywords: Higher Education; Teacher Training; Distance Education; Curriculum; Diversity and Difference.

1. Introdução

Nos últimos anos, as discussões acerca da diversidade vêm se intensificando nos diferentes espaços da sociedade, sobretudo nos âmbitos da política, economia e educação. Desde o processo de redemocratização do país, na década de 1980, movimentos sociais e entidades coletivas lutam para que essa pauta alcance cada vez mais espaço na conquista por direitos fundamentais.

Ao compreendermos a diversidade enquanto uma construção histórica, social, cultural e política das diferenças, que se constitui a partir das relações de poder, é necessário nos atentarmos para as sequelas deixadas pela desigualdade socioeconômica, principalmente nos grupos sociais considerados diversos ou que fogem das normas vigentes de existência (GOMES, 2012).

No âmbito da educação, é importante reafirmar o direito de todas as pessoas à educação pública, laica e de qualidade, como ressalta o princípio constitucional apresentado no artigo 205 da Constituição Federal de

1988: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 67).

Diante disso, Gomes (2012) destaca que ensinar é direito e a educação deve ser realizada de forma justa, igualitária e equânime, pois os sujeitos de direitos são diversos em raça, etnia, gênero, sexualidade, crença, idade e forma do corpo. Pensando na diversidade como um tema essencial para a discussão sobre direitos humanos e, particularmente, sobre o direito à educação, é de extrema importância possibilitarmos caminhos para a construção de uma educação que valorize os processos de inclusão e colabore no combate às desigualdades.

Nesse sentido, a formação de professoras(es) no Ensino Superior deve estar em consonância com a educação que é direito de todas as pessoas, assim como os cursos e seus respectivos currículos devem estar preparados para trazer à tona questões relacionadas à diversidade e desigualdade social, tanto em se tratando das modalidades de cursos presenciais, como também a distância. Na metodologia de Educação a Distância (EaD), segundo Alves (2011), apesar de professoras(es) e alunas(os) estarem separadas(os) fisicamente no espaço e/ou tempo, contam com as facilidades da tecnologia a seu favor.

Tal modalidade de ensino pode ser instrumento de combate às desigualdades, oportunizando o acesso ao Ensino Superior com vistas a superar a exclusão de pessoas mais vulneráveis socioeconomicamente da continuidade dos estudos. Para Silva (2003), o currículo - que não é apenas um documento burocrático - se concebe como um espaço no qual se desdobram lutas e conquistas diante dos diversos significados sociais e políticos, sendo um elemento discursivo da política educacional no qual os grupos sociais expressam sua visão de mundo e projeto social, sobretudo os grupos dominantes que desejam se manter no poder. “Não existe currículo escolar sem intenção, sem objetivo, sem desejo: o currículo é fruto de um desejo, de uma intenção, de objetivos determinados, de ideias que circundam na mente dos homens de uma dada época e de um dado espaço” (APPLE, 2006, p. 45).

Com isso, compreendemos a importância da construção de um currículo, seja pensando na Educação Básica ou no Ensino Superior, que possibilite o avanço do combate às opressões e desigualdades sociais, econômicas e políticas.

Pensando nesse contexto, entendemos que diversas exigências curriculares precisam ser cumpridas durante a elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores, dentre as quais devem garantir o direito à inclusão e equidade, seja nos cursos oferecidos no formato presencial ou EaD. Portanto, em que medida o Projeto Político Pedagógico (PPC) do Curso de Licenciatura em Pedagogia contempla temáticas voltadas à diversidade e como estão explícitas tais abordagens?

Para responder a tal questionamento, o presente artigo tem como objetivo geral analisar as configurações de diversidade do Curso de Licenciatura em Pedagogia de uma universidade pública a distância, ofertado em 2022. Ainda, como objetivos específicos, pretendemos: i) analisar o conceito de diversidade a partir do referencial teórico; ii) caracterizar como a diversidade é apresentada no Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia; iii) discutir as possibilidades das configurações de diversidade.

2. Algumas considerações sobre o currículo e a diversidade

A partir da década de 1990, o debate brasileiro em torno da cultura na educação passou a focar no currículo escolar como espaço para discussões relativas ao fracasso escolar, às dificuldades de aprendizagem e às reivindicações sociais por reconhecimento, influenciado por movimentos sociais que denunciavam práticas discriminatórias e exigiam mudanças na organização do currículo escolar, assim como pela necessidade de cumprimento dos acordos internacionais de combate às desigualdades raciais, de gênero, entre outras (RODRIGUES; ABRAMOWICS, 2013).

Um dos impactos desse movimento foi a criação, em 2004, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e

Inclusão (SECADI), como parte da estrutura do Ministério da Educação (MEC), dissolvida em duas outras secretarias em 2019 e retomada em 2023 após o retorno do governo. A SECADI inicialmente com o propósito de contribuir com as mudanças nas políticas públicas, a fim de pautar o valor das diferenças e da diversidade no centro das políticas públicas em educação, contemplando aspectos étnico-raciais, geracionais, religiosos, culturais, regionais, ambientais, de gênero e orientação sexual e de pessoas com deficiência (BRASIL, 2012). Em seu retorno, além de promover a diversidade e inclusão, assumiu o princípio da equidade prevista na Constituição Federal (BRASIL, 2008), o que trará reflexos em discussões futuras.

Apesar da temática aparecer de forma mais contundente nos espaços de discussão sobre as teorias educacionais e constituírem normativas oficiais para elaboração do currículo escolar de forma institucionalizada nos últimos anos, as questões de diversidade, diferenças e identidade se apresentam, predominantemente, como temas transversais, sem uma definição precisa ou uma teoria da identidade e da diferença (SILVA, 2000; MOREIRA, 2001; RODRIGUES; ABRAMOWICS, 2013).

Para Silva (2000), a perspectiva de sinalização da existência da diversidade e do respeito às diferenças de forma reduzida à celebração, à informação e ao conhecimento, mas destituída de direcionamentos mais bem definidos e posicionados criticamente, traz desafios para a concretização de uma pedagogia questionadora e problematizadora.

Candau (2012) problematiza as tensões entre igualdade e diferença sob a ótica dos direitos humanos, considerando que essa perspectiva amplia as noções de direitos individuais para a de direitos coletivos, sociais, econômicos, ambientais e culturais, fazendo com que a discussão da temática da diversidade seja cada vez mais relevante. Nesse sentido, a compreensão das diferenças deve estar inserida em uma lógica de valorização da diversidade e exercício da equidade, de forma que não legitime as desigualdades sociais, econômicas e educacionais (SANTOS; NUNES, 2003; CANDAU, 2012).

Enquanto Rodrigues e Abramowics (2013) propõem a análise dos debates em torno dos conceitos de cultura, diversidade e diferenças,

mapeando os significados atribuídos a eles e os contrastes entre seus usos. As autoras chamam atenção para a necessidade de compreensão adequada do conceito de diversidade, evitando que seu uso impreciso e indiscriminado consista em estratégias políticas de esvaziamento das pautas relacionadas ou de relativização das diferenças e desigualdades, que não problematizam as hierarquias sociais e o pensamento hegemônico.

Direcionando as discussões para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996), esta apresenta aspectos relacionados à diversidade dentre os princípios da educação nacional, contemplando o ensino com base na consideração da diversidade étnico-racial, respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária de pessoas surdas, surdocegas e com deficiência; a inserção no currículo oficial da rede de ensino, a partir do ano de 2003, do tema obrigatório de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, incluindo a luta e cultura dos negros e indígenas no Brasil; além da especificidade do ensino religioso facultativo no Ensino Fundamental, pautado no respeito à diversidade cultural e religiosa.

De acordo com as propostas da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018), dentre as competências gerais da Educação Básica, encontram-se princípios que se referem à valorização da diversidade de saberes e vivências culturais, o exercício da empatia, do diálogo, da resolução de conflitos, da cooperação, do respeito ao outro e aos direitos humanos, com valorização da diversidade de saberes, identidades e culturas de outros indivíduos e grupos sociais (abrangendo diversidade linguística, cultural, religiosa, étnico-racial e estudantes público-alvo da educação especial), convivendo e aprendendo com as diferenças e diversidades, combatendo a discriminação e o preconceito. “[...] redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais” (BRASIL, 2018, p. 15).

Um ponto importante a ser citado sobre a diversidade na BNCC é o apagamento e/ou silenciamento das questões de gênero e sexualidade. De acordo com Silva, Brancaleoni e Oliveira (2019), a sexualidade

aparece no documento normativo somente em sua dimensão biológica.

Em relação ao curso de graduação em Pedagogia, as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN (BRASIL, 2006) preveem que os egressos do curso estejam preparados para a atuação com ética e compromisso, visando à construção de uma sociedade justa, equânime e igualitária; que demonstrem consciência pela diversidade e respeito às diferenças de gênero, de classes sociais, étnico-raciais, geracionais, religiosas e que envolvam “necessidades especiais” e “escolhas sexuais”, contribuindo para a superação de exclusões sociais relacionadas a esses aspectos.

Portanto, o perfil desejado na formação de professores licenciados em Pedagogia em relação à temática da diversidade apresenta pontos de convergência com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, que tomam como fundamentais o debate e o direcionamento da educação escolar para considerar a diversidade humana, tratando de questões de classe, gênero, orientação sexual, raça, etnia, geração, pessoas com deficiência, população do campo, em situação de rua e em privação de liberdade (BRASIL, 2013).

Em consonância com as propostas e diretrizes apresentadas para a Educação Básica no que tange à temática da diversidade, a formação docente nos cursos de Pedagogia também deve acompanhar a problematização desses aspectos, inclusive quando se consideram cursos de Educação a Distância (EaD). Neste sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) prevê temas transversais contemporâneos para serem trabalhados por meio de projetos que problematizem a realidade, superando as concepções fragmentadas, integrando habilidades e competências para resolução de problemas, sendo o multiculturalismo e a diversidade temáticas contempladas.

Por isso, há necessidade de uma formação para a diversidade, com estímulo a uma visão crítica sobre desigualdades e diferenças no processo de ensino-aprendizagem, que deve ser contemplada na formulação dos projetos pedagógicos e matrizes curriculares dos cursos de licenciatura em geral, incluindo o curso de Pedagogia EaD, que ainda não contemplam de forma abrangente aspectos direcionados a essa problematização (OLIVEIRA *et al.*, 2021).

Dessa forma, reconhece-se que a contemporaneidade tem proporcionado uma espécie de crise atual na educação escolar marcada especialmente pela ascensão das questões relacionadas às identidades culturais e suas constituições. Nesta lógica, é importante frisar que não há possibilidade de educação que esteja isolada das culturas da humanidade – ou seja, há uma relação intrínseca entre educação e culturas – e que não existem experiências pedagógicas “desculturalizadas” (CANDAU, 2014).

A partir desta contextualização, torna-se fundamental que os cursos de formação de professoras(es) preparem as(os) educadoras(es) para lidar com essa crise na educação escolar marcada pela relação intrínseca entre educação e cultura. Um dos possíveis caminhos para configurar uma formação preocupada com esses aspectos é a inclusão da diversidade nesses cursos (CANDAU, 2014; MOREIRA, 2001).

Para tanto, o conceito de multiculturalismo apresentado por Candau (2014) pode ser uma das óticas utilizadas para interpretar a situação da inclusão da diversidade nos cursos de formação de professores. Segundo a autora, esse conceito surgiu na efervescência das lutas dos movimentos sociais, especialmente aqueles que hasteavam a bandeira das questões identitárias de grupos marginalizados, discriminados socialmente e que sofreram e ainda sofrem um processo de exclusão da cidadania plena. A partir deste momento de origem, o conceito adentrou ao âmbito acadêmico. Porém, a integração desse conceito com o mundo universitário ainda se encontra frágil e está sujeita a negociações.

Para Candau (2014), existem três perspectivas do multiculturalismo que podem ser consideradas fundamentais: o multiculturalismo assimilacionista, o multiculturalismo diferencialista e o multiculturalismo interativo ou também chamado de interculturalidade. Sendo que a abordagem do multiculturalismo assimilacionista compreende que nem todas as pessoas possuem as mesmas oportunidades, ou seja, não há igualdade de oportunidades. Essas oportunidades podem girar em torno da relação entre os direitos fundamentais, serviços e bens que um determinado grupo, compreendido como “padrão”, possui em detrimento de grupos que são marginalizados em decorrência do estabelecimento deste “padrão”. No viés da política assimilacionista, é importante

que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades para que assim sejam incorporadas na cultura hegemônica. Com isso, são valorizados apenas aqueles conhecimentos, saberes e valores reconhecidos como importantes para a cultura hegemônica, promovendo assim uma política de universalização da escolarização sem a problematização do caráter monocultural presente nos conteúdos do currículo e nas relações entre os diferentes atores (CANDAU, 2014).

Partindo da afirmação de que a política assimilacionista pode desencadear a negação e/ou o silenciamento da diferença, a abordagem do multiculturalismo diferencialista preza pela garantia das expressões das diferentes identidades culturais, reconhecendo a importância da diferença e impulsionando espaços em que as identidades culturais possam ser devidamente expressadas. Essas garantias sustentam a ideia de que somente assim os grupos socioculturais poderão desenvolver a manutenção de suas matrizes culturais de base. Essa prática acaba por desenvolver a formação de comunidades culturais ou guetos, podendo favorecer a criação de *apartheids* socioculturais. Além disso, algumas discussões nesta abordagem podem acabar por defender uma visão estática e essencialista da formação das identidades culturais (CANDAU, 2014).

A abordagem do multiculturalismo aberto e interativo segue a perspectiva da interculturalidade, rompendo com visões essencialistas de culturas e de identidades culturais. Assim, as culturas caminham em um contínuo processo de construção e reconstrução, valendo-se de suas respectivas raízes históricas e dinâmicas, sem o estabelecimento de um padrão cultural. Considerada a mais adequada para o desenvolvimento de sociedades democráticas que possibilitam a associação de políticas de identidade com políticas de igualdade, a interculturalidade compreende que as culturas não são puras devido ao intenso processo de hibridização cultural que mobiliza a construção das identidades culturais. Ademais, a interpretação da problemática por meio dessa ótica compreende que diferença e desigualdade estão vinculadas e que, portanto, as relações culturais e as identidades culturais são atravessadas por mecanismos de poder e relações hierárquicas que envolvem discriminação

e preconceito de determinados grupos (CANDAU, 2014).

Ao discutir sobre a formação de professores e o multiculturalismo, Ivenicki (2018) destaca que o multiculturalismo não deve se apresentar apenas como um adorno no currículo de formação de professores, aliado a uma perspectiva reducionista de projetos extracurriculares. A autora considera relevante pensar o multiculturalismo durante o processo de construção curricular, abordando as diferentes articulações como disciplinas e campos do saber, reconhecendo os limites, possibilidades e diferentes abordagens.

Assim, sinaliza-se que um currículo pautado no multiculturalismo e destinado a formar futuras pessoas que serão educadoras deve estabelecer uma forte conexão com a pesquisa, no sentido de proporcionar rupturas e desconstruções de visões universalizantes por meio da aprendizagem de metodologias alternativas de produção de conhecimento. Além disso, tal currículo pode propor também uma articulação com projetos de extensão vinculados às secretarias de educação, criando possibilidades de desencadear a pluralidade cultural e processos de construção curricular imbuídos de sensibilidades multiculturais. Outro ponto importante é a promoção de espaços de reflexão sobre a identidade institucional ou organizacional do contexto em que ocorre a formação (IVENICKI, 2018).

Sob o amparo desta fundamentação teórica, analisamos as configurações da diversidade presentes no Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia de uma universidade pública a distância, buscando desenvolver um entrelaçamento dessas configurações com a perspectiva de multiculturalismo de Candau (2014) e suas respectivas abordagens.

3. Percurso metodológico

Esta pesquisa, de natureza qualitativa do tipo documental/bibliográfica (GIL, 2016; 2017), está fundamentada metodologicamente nas três perspectivas do multiculturalismo propostas por Candau (2014, p. 37), sendo: "o multiculturalismo assimilacionista, o multiculturalismo diferencialista ou monoculturalismo plural e o multiculturalismo interativo,

também denominado interculturalidade". As temáticas voltadas à diversidade e suas implicações na formação docente estão sendo as norteadoras deste trabalho.

Desta forma, foi necessário realizar a busca e análise das diretrizes curriculares e de fontes documentais oriundas do PPC de 2020 e das ementas das disciplinas do curso de Pedagogia de uma universidade pública a distância, oferecidas em 2022. Foi realizado o levantamento dos documentos presentes no PPC do curso de Pedagogia e sua leitura na íntegra, com o intuito de identificar e relacionar as características, menções, conceitos e práticas relacionadas às temáticas voltadas à diversidade.

A partir do levantamento e caracterização de tais informações, os resultados foram apresentados de forma a evidenciar e caracterizar como o tema da diversidade é estruturado no Curso de Pedagogia de uma universidade pública a distância e como ocorrem tais abordagens dentro da formação inicial docente, por meio de uma discussão no tocante às temáticas voltadas à diversidade e suas relações com as três perspectivas do multiculturalismo propostas por Candau (2014).

4. Resultados e discussões

A partir da investigação realizada, foi possível compreender que o curso de Pedagogia é oferecido na modalidade a distância, com ofertas de disciplinas regulares bimestrais, disponibilizadas em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), além de atividades práticas que contemplam Projetos Integradores, Estágio Curricular Obrigatório e Trabalho de Conclusão de Curso.

A organização do currículo prevê uma formação geral no primeiro ano, com disciplinas comuns a todos os cursos de licenciatura (Letras, Matemática e Pedagogia), com possibilidade de escolha de uma habilitação específica após esse período, incluindo a opção para Pedagogia.

Dentre as competências profissionais a serem alcançadas pelos eixos temáticos abordados ao longo do curso, estão o trabalho com a diversidade, o conhecimento sobre Educação Especial e Inclusiva e a compreensão de diferentes realidades, com o objetivo de contribuir para a superação

de desigualdades sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas e políticas. Esses aspectos serão considerados ao longo da análise.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso é dividido em quatro anos, com carga horária total de 3.720 horas. As disciplinas regulares são distribuídas ao longo de 16 bimestres, com carga horária variando entre 40 e 80 horas totais. Dentre as disciplinas ofertadas na formação geral, destacam-se para a análise da temática proposta neste artigo: "Ética, Cidadania e Sociedade" e "Escola e Cultura", enquanto no eixo específico para a habilitação em pedagogia, destacam-se as disciplinas "Sociologia da Educação", "Educação Especial e Libras", "Letramento em Libras para professores" e "Educação, Corpo e Arte", conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Disciplinas regulares analisadas

| Disciplina regulares | Observação |
|---------------------------------------|--------------------------------------|
| Ética, Cidadania e Sociedade | Comum para o Eixo de Licenciatura |
| Escola e Cultura | |
| Educação Especial e Libras | |
| Letramento em Libras para professores | Específica para o curso de Pedagogia |
| Sociologia da Educação | |

Fonte: Elaboração própria, 2024.

A disciplina de Ética, Cidadania e Sociedade é oferecida no primeiro bimestre, período comum aos cursos de Licenciatura – Letras, Matemática e Pedagogia, com carga horária total de 40 horas. Em seu plano de ensino, apresenta como objetivo a compreensão dos conceitos de ética, cidadania e sociedade, bem como as relações entre eles, possibilitando a reflexão sobre as responsabilidades dos cidadãos na busca por uma sociedade na qual aspectos como economia, ambiente e justiça sejam construídos de forma plena. Além disso, visa reconhecer o mundo do trabalho, os aspectos legais da atuação profissional e

o compromisso com a profissão. No plano de ensino também consta como um dos objetivos analisar as relações étnico-raciais.

Na ementa, a disciplina coloca como temáticas principais a etimologia e os conceitos filosóficos dos conceitos principais abordados: ética, moral, condição humana e valor humano, bem como a relação da ética, ciência e atuação profissional. O mundo do trabalho permeado pela ética, cidadania no mundo do trabalho e organizações no mundo contemporâneo também aparecem como temas a serem abordados. Além disso, também inclui a discussão de relações étnico-raciais e sustentabilidade como parte da ementa.

No conteúdo programático, a disciplina dispõe os seguintes conteúdos: fundamentando os termos; ética e cidadania na história; a cidadania no Brasil; ética e cidadania global; a atualidade dos direitos humanos; ética e cidadania no mundo do trabalho; ética, cidadania e contemporaneidade. Nota-se que apesar da discussão sobre as relações étnico-raciais ser um dos objetivos da disciplina e estar presente na ementa, tal assunto não aparece de forma explícita nos conteúdos programáticos.

No entanto, entre a bibliografia básica da disciplina, são sugeridas quatro leituras, das quais uma se refere ao texto “Racismo, igualdade racial e políticas de ações afirmativas no Brasil”, de Sarita Amaro (2015). Além disso, são propostas leituras como “Ética e cidadania: caminhos da filosofia”, de Sílvio Gallo (1997), “Um novo homem e uma nova sociedade: construindo a cidadania”, de Jorge Renato Johann (2016) e “A fundamentação ética do estado socioambiental”, de Orci Paulino Bretanha Teixeira (2012).

Podemos notar que, apesar de não estar de forma explícita no conteúdo programático, há um esforço em colocar em pauta discussões a respeito das relações étnico-raciais dentro de uma perspectiva de ética, justiça social e direitos humanos. Nesse sentido, podemos fazer uma ponte com a interculturalidade proposta por Candau (2014), na qual uma de suas características é justamente a tomada de consciência dos mecanismos de poder que permeiam as relações culturais. Como destaca a autora, “as relações culturais não são [...] relações românticas; estão construídas na história e, portanto, estão atravessadas por questões de

poder, por relações fortemente hierarquizadas, marcadas pelo preconceito e pela discriminação de determinados grupos" (CANDAUI, 2014, p. 38).

Cabe destacar ainda que, apesar da Lei nº 11.645/08, que estabelece a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” nas redes de ensino, não dizer respeito ao Ensino Superior, entendemos que tal temática se faz essencial na formação de professoras(es) e pedagogas(os) para que sejam capazes de valorizar os processos de inclusão, proporcionar espaços de combate às desigualdades e promover a luta pelo direito de todas as pessoas.

A disciplina “Escola e Cultura” é oferecida para o eixo de licenciatura da instituição, que engloba os cursos de Licenciatura em Pedagogia, Matemática e Letras. Essa possui uma carga horária de 40 horas e, de acordo com a matriz curricular, é oferecida no terceiro bimestre do primeiro ano da formação. O objetivo da disciplina é compreender os fundamentos teóricos da cultura escolar e, com o intuito de aprofundar os conhecimentos na pesquisa sobre a história da educação brasileira, o aluno terá possibilidade com essa disciplina de conhecer o conceito de cultura e seus sistemas simbólicos.

A ementa de “Escola e Cultura” apresenta temas como concepções de cultura, a interface entre cultura e linguagem – evidenciando os aspectos dos símbolos, significados e signos – e a compreensão da escola como ambiente etnográfico. Os outros temas da ementa aprofundarão problemáticas relacionadas à cultura, como as relações de gênero e identidades socioculturais no espaço escolar, bem como a abordagem das categorias raça, etnia, idade, classe e sexualidade na prática educativa.

O programa dessa disciplina é oferecer conteúdo sobre o histórico e as características da escola; uma investigação – ou como o próprio plano de ensino coloca, uma “arqueologia” – sobre o conceito de cultura e a cultura escolar; os aspectos da linguagem, bem como os símbolos, signos e significados que participam de sua constituição; a escola como um espaço que possibilita o desenvolvimento de pesquisas e, dentre as metodologias de pesquisa, em especial a etnografia; as identidades socioculturais, como as relações de gênero e sexualidade, no espaço

escolar; e as categorias raça, etnia, idade e classe social na prática educativa, que foram divididas em dois tópicos de conteúdo.

O plano de ensino apresenta três referências como bibliografia básica da disciplina. Uma dessas referências é o livro “A Interpretação das Culturas”, do célebre antropólogo Clifford Geertz (1989). As outras referências da bibliografia básica têm o intuito de discutir a interface entre educação e cultura no Brasil, bem como a educação e diversidade.

A proposta da disciplina, com base em seu plano de ensino, possibilita que as abordagens de seus conteúdos sejam sob o viés do multiculturalismo aberto e interativo que segue a perspectiva da interculturalidade. Essa interpretação é endossada quando se percebe que a disciplina propõe discutir a escola como um ambiente etnográfico e que uma de suas referências citadas na bibliografia básica é o livro do antropólogo Clifford Geertz. Entretanto, o plano de ensino não apresenta referências que apoiarão o professor e os estudantes na contextualização e discussão sobre as relações de gênero, sexualidade, raça/etnia, idade e classe social no espaço escolar e na prática educativa, abrindo possibilidades para que a abordagem desses conteúdos seja sob o viés do multiculturalismo diferencialista (CANDAU, 2014).

Já a disciplina “Sociologia da Educação” é oferecida apenas para o curso de Licenciatura em Pedagogia, com carga horária de 80 horas. Analisando o plano de ensino, é possível identificar que um dos objetivos se concentra na discussão do pensamento de autores clássicos da Sociologia da Educação, como Marx, Weber e Durkheim. Além disso, pretende-se refletir sobre a função social da escola, discutir conceitos de igualdade e desigualdade social, adotando o foco na instituição escolar, e compreender a Educação em Direitos Humanos e as oportunidades educacionais que proporciona.

Complementarmente aos objetivos da disciplina, a ementa do documento pretende abordar a educação como fato e processo social na constituição da escola, problemáticas relacionadas às desigualdades sociais e oportunidades educacionais. Em consulta ao conteúdo programático, o tópico se alinha aos outros pontos apresentados pelo documento, propondo a Sociologia da Educação na compreensão da

educação escolar, conceitos e reflexões ancorados nos pressupostos de Marx, Weber e Durkheim. Além desses autores, o documento também cita o autor Pierre Bourdieu para, a partir de suas problemáticas, entender a compreensão da escola em uma sociedade de classes. Os outros tópicos ficam a cargo de discutir as relações de desigualdades sociais e desigualdades escolares; escola tradicional, controle disciplinar e atuação docente; e, por fim, educação em direitos humanos e atuação docente.

Entre a bibliografia básica oferecida, são sugeridas três leituras, sendo uma delas o livro "A escola pública no Brasil: história e historiografia" (2005), enquanto as outras discutem sobre as desigualdades sociais. Já na bibliografia complementar, são recomendadas outras cinco leituras, em formato de livros que, de um modo geral, são mais específicas para discutir o tema proposto pela disciplina, abordando as desigualdades na escola sob a perspectiva da sociologia.

A disciplina "Educação Especial e Libras" é oferecida durante o quarto semestre do curso, com carga horária de 40 horas. A ementa da disciplina contempla os fundamentos históricos da política de educação para pessoas com deficiência e suas transformações históricas, com foco na construção de práticas pedagógicas e educacionais inclusivas que favoreçam o acesso e a permanência de alunos com deficiência. Além disso, contribui para a reflexão sobre princípios éticos e de aceitação da diversidade humana. A ementa também aborda aspectos mais específicos relacionados à educação de surdos, como aspectos clínicos relativos à surdez, cultura e identidade surda, linguística e Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Nos objetivos da disciplina, destaca-se a preparação do professor em Libras, juntamente com aspectos históricos, linguísticos, culturais e educacionais de pessoas surdas, para atuar em ambientes educacionais formais e não formais. No entanto, não há menção às práticas pedagógicas para pessoas com deficiência de forma geral, conforme apresentado na descrição da ementa. Apesar disso, no conteúdo programático, os eixos apresentados contemplam fundamentos da educação na diversidade, histórico e legislação referentes à educação especial, caracterização dos estudantes público-alvo da educação especial, atendimento educacional especializado, aspectos sobre deficiência auditiva e surdez,

contextualização histórica sobre a surdez e introdução à Libras. Além disso, a bibliografia básica da disciplina engloba dois textos específicos sobre surdez e outros dois textos cujas temáticas envolvem inclusão e desafios do trabalho com as diferenças na escola. Nesse sentido, observa-se uma discrepância entre a construção das propostas apresentadas para a disciplina, que envolvem fundamentos históricos e processos de trabalho com as diferenças na escola, e a redação dos objetivos, que contemplam apenas um dos segmentos abordados pela disciplina, o grupo de pessoas surdas e o ensino de Libras.

Ao abordar processos históricos relacionados à educação especial e, particularmente, às pessoas surdas e às diferentes concepções de surdez, a disciplina contempla um aspecto destacado por Candau (2014) na apresentação da abordagem do multiculturalismo interativo (interculturalidade), na medida em que considera as dimensões históricas das relações culturais, atravessadas por questões de poder que marcaram a compreensão sobre deficiência e os processos educacionais historicamente excludentes destinados a esse grupo (LANNA JÚNIOR, 2010), com destaque nesse contexto para as pessoas surdas, que apresentam um histórico particular na luta por direitos, que passa pelo reconhecimento e pela não opressão da língua de sinais e pela compreensão de construções culturais e identitárias particulares (CAPOVILLA, 2000). A perspectiva da educação inclusiva trazida pela disciplina, apresentada por meio de sua ementa, de seu conteúdo programático e das indicações de bibliografia, denota a preocupação com a construção de um ambiente educacional que valorize os direitos humanos, a diversidade e o respeito às diferenças, aliando esses princípios a reflexões sobre as práticas pedagógicas e ao atendimento das necessidades educacionais de todos os estudantes.

"Letramento em LIBRAS para professores" é uma das disciplinas que compõem o Curso de Licenciatura em Pedagogia, oferecida no 5º semestre de sua composição curricular. Os objetivos desta disciplina incluem a produção de conhecimento sobre a surdez e as pessoas surdas, bem como a promoção de espaços de formação continuada de professores com o intuito de discutir temas relacionados ao ensino de surdos.

Em sua ementa, é evidente a preocupação da instituição em promover

ambientes que propiciem discussões acerca do processo de inclusão e exclusão escolar, especialmente no que tange à promoção de mecanismos que atendam aos interesses da comunidade surda. Outro ponto de grande relevância da ementa está voltado à reflexão que envolve os discursos que constituem a educação de surdos, e em consonância, é elencada a ampliação do campo das possibilidades de ensino e aprendizagem. Desta forma, é notório que a intenção da instituição ao ofertar tal disciplina é ampliar a visão e propiciar espaços para o desenvolvimento de atividades voltadas às pessoas em condição de surdez por parte dos futuros professores.

A bibliografia básica dessa disciplina indica os textos "Educação de pessoas surdas", "Letramento e surdez" e "Ideias para ensinar português para alunos surdos". O tema central envolve assuntos pertinentes ao ensino de pessoas com deficiência auditiva, especialmente no que tange ao letramento e ao ensino de português, fazendo jus à nomenclatura proposta para a disciplina. Ao analisar a proposta oferecida como leitura complementar, encontra-se como sugestão os textos "Declaração de Salamanca" (1994), "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)" e "Surdez & Educação" de Maura Lopes (2007), o que demonstra a intenção da instituição em ampliar a discussão sobre a temática, propiciando o contato com leis que discutem sobre o tema e sua relação dentro do campo educacional.

Assim, com base na análise do plano de ensino da disciplina "Letramento em LIBRAS para professores", é notório o viés do multiculturalismo diferencialista proposto por Candau (2014). No documento, a instituição demonstra sua preocupação pelo reconhecimento da diferença – no caso em questão, trata-se da deficiência auditiva – ao inserir uma disciplina totalmente voltada para tal grupo. Entretanto, por apresentar exclusivamente textos relacionados à educação para surdos, é possível que haja – mesmo que minimamente - um favorecimento da "[...] criação de verdadeiros apartheids socioculturais" (CANDAU, 2014, p.37).

Desta forma, nota-se que a disciplina apresenta um eixo de grande relevância para os futuros docentes, os quais têm a missão de contribuir para um mundo mais justo e igualitário, a começar pela

inclusão de comunidades menos favorecidas, aqui em evidência, a comunidade surda.

5. Considerações finais

A presente investigação analisou os documentos do Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia de uma universidade pública a distância com o objetivo de compreender em que medida tal documento curricular contempla temáticas voltadas à diversidade e como estão explícitas tais abordagens. A partir dos documentos analisados, foi possível avaliar que o PPC contempla disciplinas que consideram o tema da diversidade como transversal em discussões mais amplas sobre conteúdos específicos, ainda que não haja uma diretriz comum que norteie o direcionamento das discussões e o referencial teórico utilizado, nem um posicionamento definido em relação às perspectivas do multiculturalismo. Contudo, uma visão geral de respeito às diferenças humanas é apresentada, seja de forma implícita ou explícita ao longo do PPC, o que pode ser percebido pela análise das ementas das disciplinas.

Ressaltamos que as discussões relativas à diversidade vão além de uma perspectiva de tolerância ao diferente, ao outro, mas convergem com a luta pelo fim das desigualdades sociais, da opressão aos sujeitos de diferentes raças, etnias, gêneros, sexualidades, corpos, de diferentes formas de ser e estar no mundo, bem como garantir seus direitos fundamentais enquanto cidadãos. Tal perspectiva tem grande relevância ao pensarmos a Educação, principalmente o papel de professoras(es) no processo de formação integral de tais sujeitos.

Diante disso, acreditamos ser fundamental que a formação inicial de professoras(es) proporcione um espaço de discussão a respeito da diversidade em um sentido do multiculturalismo intercultural, o qual concebe as culturas de um modo plural e dinâmico e compreende que as relações culturais são permeadas de mecanismos de poder e hierarquizações, bem como que as diferenças e desigualdades são relações complexas. Partindo desses princípios, entendemos que assim corroboramos uma formação profissional em que os docentes sejam capacitados para construir uma ação pedagógica que respeite as diferentes possibilidades

de existência dos sujeitos que farão parte do processo de ensino-aprendizagem, possibilitando a garantia de direitos fundamentais.

Referências

- ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Ensino de Aprendizagem Aberta e a Distância**, [S.l.], v. 10, p. 83-92, 2011. Disponível em: <http://seer.azed.net.br/index.php/RBAAD/article/view/235/113>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- APPLE, M. W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 jan. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 ago. 2022.
- BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 01/2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília: Conselho Pleno, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em 10 ago. 2022.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Presidência da República, 2009.
- BRASIL. **Decreto nº 7.690, de 02 de março de 2012**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em

Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2012/decreto-7690-2-marco-2012-612507-norma-pe.html>. Acesso em 13 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Atenção Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.

BRASIL. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 8 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <http://base-nacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 13 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília: MEC, 2019.

CANDAU, V. M. F. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300004>. Acesso em: 8 jan. 2024.

CANDAU, V. M. F. Ser professor/a hoje: novos confrontos, saberes, culturas e práticas. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 33-41, 2014.

CAPOVILLA, F. C. Filosofias educacionais em relação ao surdo: do oralismo à comunicação total ao bilinguismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 99-116, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo:

Atlas, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, N. L. (Org.) Apresentação: Desigualdades e diversidade na educação. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 687-693, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/sZMWK-9Q7ZFGnVpV55X85WZD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2022.

IVENICKI, A. Multiculturalismo e formação de professores: dimensões, possibilidades e desafios na contemporaneidade. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 100, p. 1151-1167, 2018.

LANNA JÚNIOR, M. C. M. **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

MOREIRA, A. F. B. A recente produção científica sobre currículo e multiculturalismo no Brasil (1995-2000): avanços, desafios e tensões. **Revista Brasileira de Educação**, [S.l.], n. 18, p. 65-81, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782001000300007>. Acesso em: 8 jan. 2024.

OLIVEIRA, A. C. H. et al. “Quem tá aí?": Diferenças e Desigualdades na formação docente EaD. In: GARBIN, M. et al. (Org.). **Tecnologias na Educação: ensino, aprendizagem e políticas**. São Paulo: Artesanato Educacional, 2021. p. 43-68.

RODRIGUES, T. C.; ABRAMOWICZ, A. O debate contemporâneo sobre diversidade e diferença nas políticas e pesquisas em educação. **Educ. Pesqui.**, [S.l.], v. 39, n. 1, p. 15-30, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013000100002>. Acesso em: 8 jan. 2024.

SANTOS, B. S.; NUNES J. A. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 25-68.

SILVA, C. S. F. da; BRANCELEONI, A. P. L.; OLIVEIRA, R. R. de. Base nacional comum curricular e diversidade sexual e de gênero: (des)caracterizações. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. 2, p. 1538-1555, 2019.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, T. T. da. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.